

REAJUSTE TRIMESTRAL

Nas últimas semanas a imprensa tem registrado uma sensível reviravolta nos diagnósticos do governo federal sobre a inflação. Talvez tal mudança tenha sido influenciada pela verificação que em agosto a inflação brasileira bateu seu recorde mensal: 14%. Ao invés de apontar pa-
ra o incompleto controle de preços, parece que os analistas oficiais preferiram redescobrir os aumentos salariais como a causa de suas aflições. E novamente, a exemplo do 1º semestre, repetem o velho argumento de que REAJUSTES TRIMESTRAIS levariam à hiper-inflação.

O REAJUSTE TRIMESTRAL é a nossa defesa contra a perdã dos nos salários reais, causada por uma inflação de origem eminentemente especulativa, contra a qual a política econômica do governo federal tem se mostrado incoerente e impotente.

A "solução" tão ventilada recentemente, de que os salários só poderiam crescer com os aumentos de produtividade da economia é mais uma idéia fora do lugar. Nos países avançados, onde existe tal arranjo, este sempre foi posterior a corajosas políticas em favor dos assalaria-
dos, como uma política de empregos, auxílio-desemprego, etc. Onde estão políticas similares entre nós? A aceitação desta política salarial agora perpetuaria a iníqua distribuição de renda herdada do regime mili-
tar, tornando letra letra morta as mudanças necessárias e prometidas.

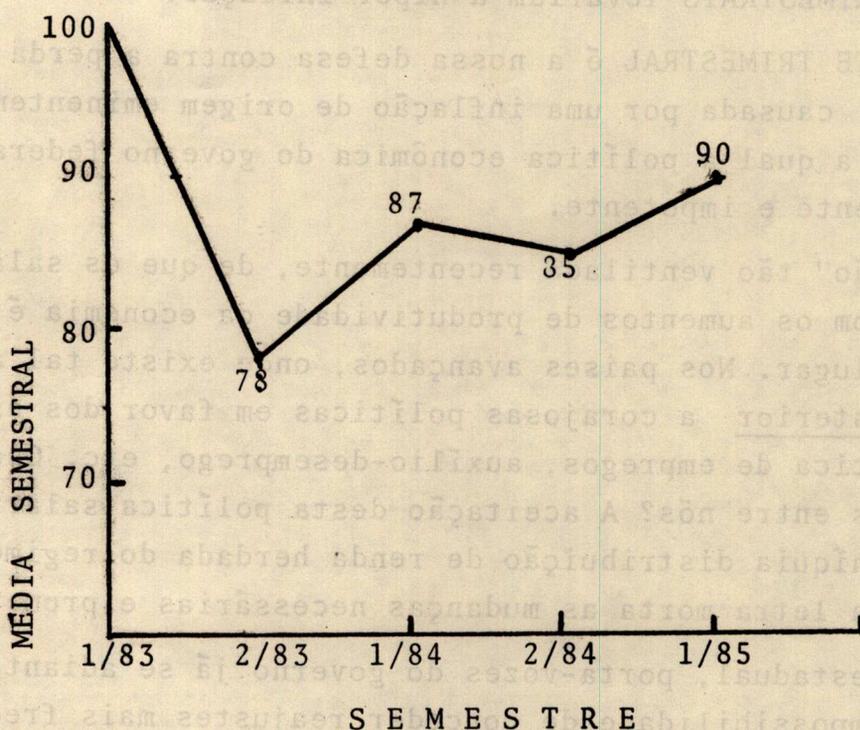
A nível estadual, porta-vozes do governo já se adiantam para nos alertarem da impossibilidade de conceder reajustes mais frequentes, dada as dificuldades atravessadas pelo Tesouro estadual. Pelo que sabemos, a arrecadação do ICM estadual subiu 18% em termos reais no 1º se-
mestre de 85, comparado a igual período em 84. O comércio paulista con-
tinua a registrar forte aumento em suas vendas. E o próprio executivo
estadual contratou recentemente cerca de 20.000 novos funcionários para
atuar nas áreas social e de segurança pública. Esperamos que não se jul-
gue que iremos financiar uma ampliação dos serviços públicos com o sa-
crifício das nossas demandas salariais.

Como já apontamos em boletins anteriores, a necessária re-
orientação dos gastos públicos para as rubricas sociais é incompatível

com a manutenção de salários aviltados para o funcionalismo que prestará tais serviços. Torna-se urgente uma reforma tributária de emergência que carreie novos recursos aos estados e municípios. Também urgente é a redução das taxas de juros que possibilite diminuir o peso do serviço de suas dívidas nos orçamentos públicos. O governo estadual tem condições privilegiadas para pressionar estas reformas já, a fim de se livrar do dilema salários ou serviços.

De austeridade já tivemos bastante. Como notamos no gráfico abaixo, o último ganho salarial significativo que obtivemos foi no 1º semestre de 84. Ainda estamos distantes dos níveis atingidos no 1º semestre de 83. É hora de juntarmos nossas forças ao resto do funcionalismo pelo REAJUSTE TRIMESTRAL JÁ.

EVOLUÇÃO SEMESTRAL DO SALÁRIO REAL DO MS-3 EM RDIDP



Convocamos os docentes para uma assembléia geral no dia 17 de setembro, às hs, para discutirmos a pauta de reivindicações e o encaminhamento para a campanha salarial.

ASSEMBLEIA GERAL
DIA: 17/09/85 - Local - CB-10
- CAMPANHA SALARIAL - 13:00 hs